



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO CGE-CODUSP/LAI 00183/2023

Número de referência: PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

UNIDADE: Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação de listagens de todos os protocolos constantes no Sistema SPDOC Cidadão cujo interessado tenha sido o CEETEPS no período de Janeiro de 2019 à Julho de 2019. Razões de recusa indicadas. Pedido não dirigido ao órgão ou entidade pública. Não provimento.

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00183/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso a autarquia informou que o pedido ora formulado não seria respondido com base nos Pareceres CJ/CEETEPS nº 88/2021 e CJ/CEETEPS 222/2022, que foram elaborados após consulta realizada junto à Consultoria Jurídica do órgão, em virtude das demandas protocoladas de forma reiterada pelo Senhor [REDACTED] que concluíram que há abuso de direito consubstanciado no excesso de petição do demandante, justificando, assim, o não atendimento dos pedidos protocolados por ele ou por terceiros e isentando a administração de respondê-los. Inconformada, a solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos do artigo 27, incisos II e VII, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a se manifestar o órgão esclareceu que *"a demanda é desarrazoada e desproporcional, conforme o disposto no artigo 13 do Decreto n. 7.724, de 16.05.2012 que regulamenta a Lei n. 12.527, de 18.11.2011"* e justificou a recusa do acesso a informação.
4. No caso concreto em análise verifica-se que a demanda se enquadra entre as exceções previstas para acesso à informação, quando o pedido se torna desproporcional, desarrazoado e exige trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, nos termos do Inciso II e III, artigo 13 do Decreto nº 7.724/2012.
5. Considerando que o ente justificou adequadamente a negativa de acesso, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II, da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850/2022.
6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

São Paulo, 25 de maio de 2023.



Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor Coordenadoria de
Ouvidoria e Defesa do Usuário Público